

NEM ÁGUAS DO RIO PRETO, NEM ÁGUAS DO RIO PARDO.

A polêmica em torno dos mananciais da cidade Ribeirão Preto durante a Primeira República.

Daniel Deminice

IAU/USP

ddeminice@gmail.com

Introdução.

A água é um elemento essencial na relação do homem com a natureza, sua localização e utilização, desde as civilizações mais antigas, esteve relacionada ao processo de assentamento humano com a formação das primeiras cidades. Ao longo do tempo, se construíram diversas formas de apropriação desse recurso natural por diferentes saberes relacionados ao planejamento urbano. Como aponta André Guillerme (1990), a rede hidrográfica ao longo da história não foi dada como algo natural, mas sempre pensada como um artifício através de seus usos.¹

Na medida do crescimento industrial e demográfico das cidades, o desenvolvimento das formas de controle da natureza das águas se tornou um problema central para a vida urbana moderna e, a partir do século XIX, essa relação entre o homem e a água será, cada vez mais, mediada por saberes e equipamentos tecnológicos associados à química e a engenharia sanitária. Assim, procedimentos de aferição da qualidade da água, obras de canalização, represamento e drenagem das várzeas de rios instauraram um movimento contínuo de racionalização das águas no espaço urbano, que passaram a ser vistas nesse momento como um problema - focos de difterias ou causadoras de enchentes.

No Brasil, tais intervenções se inseriram num primeiro período de elaboração dos planos de melhoramentos em partes da cidade, com a atuação de uma geração de profissionais formados em escolas de engenharia atuando em órgãos públicos municipais e estaduais e realizando trabalhos em torno da construção de ferrovias e obras de infraestrutura nas áreas urbanas centrais: calçamentos, praças, iluminação, etc. Ademais, a eclosão das epidemias,

¹ Ao longo de um período de quinze séculos o autor remonta diversas formas de apropriação de recursos hídricos, muitas vezes, reelaboradas pelo homem em diferentes momentos históricos, ver GUILLERME, André. *Les temps de l'eau. La cité, l'eau et les techniques*. Mâcon:Champ Vallon. 1990.

durante a Primeira República, levou a questão do saneamento ao centro das preocupações urbanas e diversos daqueles engenheiros se envolveram em projetos de esgotamento sanitário e abastecimento de água.²

Essas redes de saneamento mudam a paisagem urbana através da eliminação das várzeas com as retificações e drenagens dos rios. As redes de água e esgoto demoram a abranger toda cidade, definindo espaços privilegiados e mais valorizados. A eficiência da rede e da qualidade das águas distribuídas torna-se algo crucial para as cidades em via de modernização. Dessa maneira, o tratamento das águas passa a ser matéria de debates entre engenheiros sanitaristas, técnicos das Cia. particulares de água e integrantes da administração municipal.

A busca por novos mananciais em Ribeirão Preto no início do século XX permite uma reflexão sobre a construção de sua paisagem urbana em relação a sua hidrografia. Durante a Primeira República se inicia um processo de apropriação dos seus recursos hídricos marcado pela exclusão dos rios como fontes mananciais.

A ocupação da bacia hidrográfica do rio Preto.

A formação urbana de Ribeirão Preto se inicia, por volta de 1850, no território drenado pela bacia hidrográfica do rio que lhe confere o nome atual. A doação de terrenos ao Patrimônio Religioso como forma de garantir a legitimidade posse da terra despertou o desenvolvimento urbano ao redor do largo da Matriz no espigão entre a confluência do rio Preto com o rio Retiro Saudoso³. Os primeiros edifícios dispostos na retícula se expandiram ao longo de todo o século XX sobre os diversos córregos que compõe a atual bacia hidrográfica da cidade – córrego Serraria, córrego Loureano, córrego do Tanquinho, córrego das Palmeiras.⁴

A ocupação desse território remonta a um processo mais antigo de fixação de povoadores mineiros no Nordeste Paulista por uma frente de expansão iniciada por volta de 1810. A ausência quase completa de titulação permitiu aos entrantes mineiros a constituição de grandes propriedades rurais voltadas ao mercado interno, ocupando grande parte do território à margem direita do rio Pardo, se estendendo a montante do rio Preto no sentido do

² LEME, M.C da S. *Urbanismo no Brasil (1895-1965)*. São Paulo: Studio Nobel; FAUUSP; FUPAM, 1999.

³ ver GARCIA, V. E. *Do Santo? Ou de quem ... Ribeirão Preto: gênese da cidade mercadoria*. Tese de Doutorado. São Carlos: IAU/USP, 2013.

⁴ Boa parte da extensão desses rios possui atualmente uma densa ocupação urbana de suas várzeas.

maciço de sua nascente. Aos posseiros era fundamental o aproveitamento das pequenas bacias hidrográficas como norteadoras dos limites de suas propriedades, definidas pelas linhas formadas pelos cumes de morros e leitos de córregos. O acesso aos cursos d'água era imprescindível para o funcionamento dessas fazendas de criação, podendo a falta d'água forçar a venda das terras e a dissolução da fazenda.⁵

Essa dinâmica de ocupação, todavia, muda a partir da década 1870, com a subida de fazendeiros do Vale do Paraíba para o Nordeste Paulista, numa conjuntura favorável a expansão de cafezais. O desenvolvimento ferroviário, partindo de Campinas rumo ao Oeste da Província, encurta o trajeto até o Porto de Santos, feito até então pelas tropas de mula, o que permite a ampliação do espaço agrário àquela lavoura de exportação sobre o maciço do rio Preto, principal eixo de ocorrência de terras roxas. A grande reserva de terras férteis a título precário atrai, portanto, o capital cafeeiro num processo de concentração fundiária e formação de companhias agrícolas.

No espigão que divide as bacias do rio Pardo e Mogi-Guaçu as duas correntes migratórias se encontram provocando o choque entre povoadores mais antigos, caso da família Junqueira, e as mais novos como a família Silva Prado. Durante a Primeira República essa frente de expansão altera profundamente a fisionomia do campo, quase apagando os traços da economia anterior. Apesar das oscilações do preço do café em virtude da superprodução, a lavoura cafeeira sofrerá interrupção apenas no final da década de 1920 com a crise mundial derrubando o café brasileiro no mercado internacional.

A cidade entre rios e a rede de abastecimento d'água.

O encontro dessas duas levas migratórias marcada, inicialmente, por disputas em torno da terra, também se dará no âmbito dos negócios estabelecidos no espaço urbano, sendo o caso das disputas entre as Casas Comissárias Penteadó & Dumont; Junqueira Cia. Exportadora e; Whitaker, Bonfim & Cia. Mas, principalmente, nos conflitos em meio à política oligárquica, com a formação de grupos políticos rivais disputando a máquina administrativa do município.

Durante a Primeira República se tem um acúmulo construtivo no espaço urbano de Ribeirão Preto acompanhado pelo seu crescimento populacional. O vilarejo, ainda sem um

⁵ ver BACELAR, C. de A. P. & BRIOSCHI, L. R. (orgs) *Na estrada do anhanguera: uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Humanitas, FFLCH/USP, 1999.

espaço próprio para a Câmara Municipal, se transforma com os investimentos em obras de infraestrutura e, ao final do século XIX, o aglomerado de ruas mal calçadas recebe os primeiros edifícios como a Cadeia Pública, o Mercado Municipal e o Matadouro. Além disso, no seu perímetro é criado o Núcleo Colonial Senador Antonio Prado e a população do



Figura 1: a Praça XV de Novembro no espaço do antigo largo da Matriz. Fonte: APHRP.

município salta de cinco mil habitantes, em 1873, para 70 mil em 1920.

Esse período pode ser demarcado simbolicamente pela inauguração do Teatro Carlos Gomes, em 1895, e encerrado com a conclusão do Teatro D. Pedro II, em 1930, quando uma série de obras e posturas urbanas privilegiaram o centro da cidade como alvo de uma transformação burguesa. Algo que é transparecido nas mudanças do antigo largo da Matriz quando a Igreja voltada no sentido contrário à estação ferroviária é demolida e a praça deixa de ser um espaço de uso sagrado, com toda sua popularidade em dias festivos, para se tornar um ambiente de uso recreativo e comercial, mais restrito às classes privilegiadas.⁶

O movimento de transformação urbana promove uma distinção dessa área da cidade circunscrita pelos canais dos rios Preto e Retiro Saudoso cujas obras de retificação e aterramento custaram centenas de contos ao tesouro da Câmara. As avenidas ao longo dos canais, como a Jerônimo Gonçalves, arborizada com palmeiras imperiais, definiram os limites

⁶Ver FARIA, R. dos S. *Ribeirão Preto, uma cidade em construção: o discurso da higiene, beleza e disciplina na modernização Entre Rios (1895-1930)*. São Paulo: Annablume, 2010.



se construíam em
e toda a Primeira
s empreiteiros. A
ssa forma, por um
diano burguês em
dos rios pouco se
a periferia sendo

Figura 2: avenidas que circundam o centro de Ribeirão Preto. Fonte: APHRP.

No caso da construção da rede de água e esgotos é possível perceber essa mesma tendência segregacionista da localização dos melhoramentos urbanos, pois o abastecimento é implantado de forma prioritária na região central da cidade. A falta desse sistema era apontada como um incômodo ao ambiente urbano burguês, com os seus moradores receosos quanto à

⁷ como no caso de Belo Horizonte ver SALGUEIRO, H. A. Revisando Haussmann, os limites da comparação. *Revista USP*, São Paulo (26), pp.195-205, junho/agosto, 1995.

⁸ Ver PAZIANI, R. *Construindo a petit paris: Joaquim Macedo Bittencourt e a belle époque em Ribeirão Preto (1911-1920)*. FHDSS/Unesp, 2004, Franca. (tese de doutorado em história).

transmissão de moléstias pelo acúmulo de fossas, e a estagnação de águas pela falta de um sistema de escoamento.

O contrato com o Governo do Estado para iniciar sua construção é contemporâneo ao pedido de permissão para edificação do Teatro Carlos Gomes, tendo ambos, o teatro e a rede, sido encabeçados pelos mesmos vereadores - Schmidt e Diederichsen. Assim, os esforços para solução da questão das águas se associavam aos desejos burgueses por uma vida urbana moderna, usufruída ao redor da praça XV no flunar entre vitrines de produtos importados e no interior dos sobrados e palacetes já com os equipamentos hidráulicos instalados.

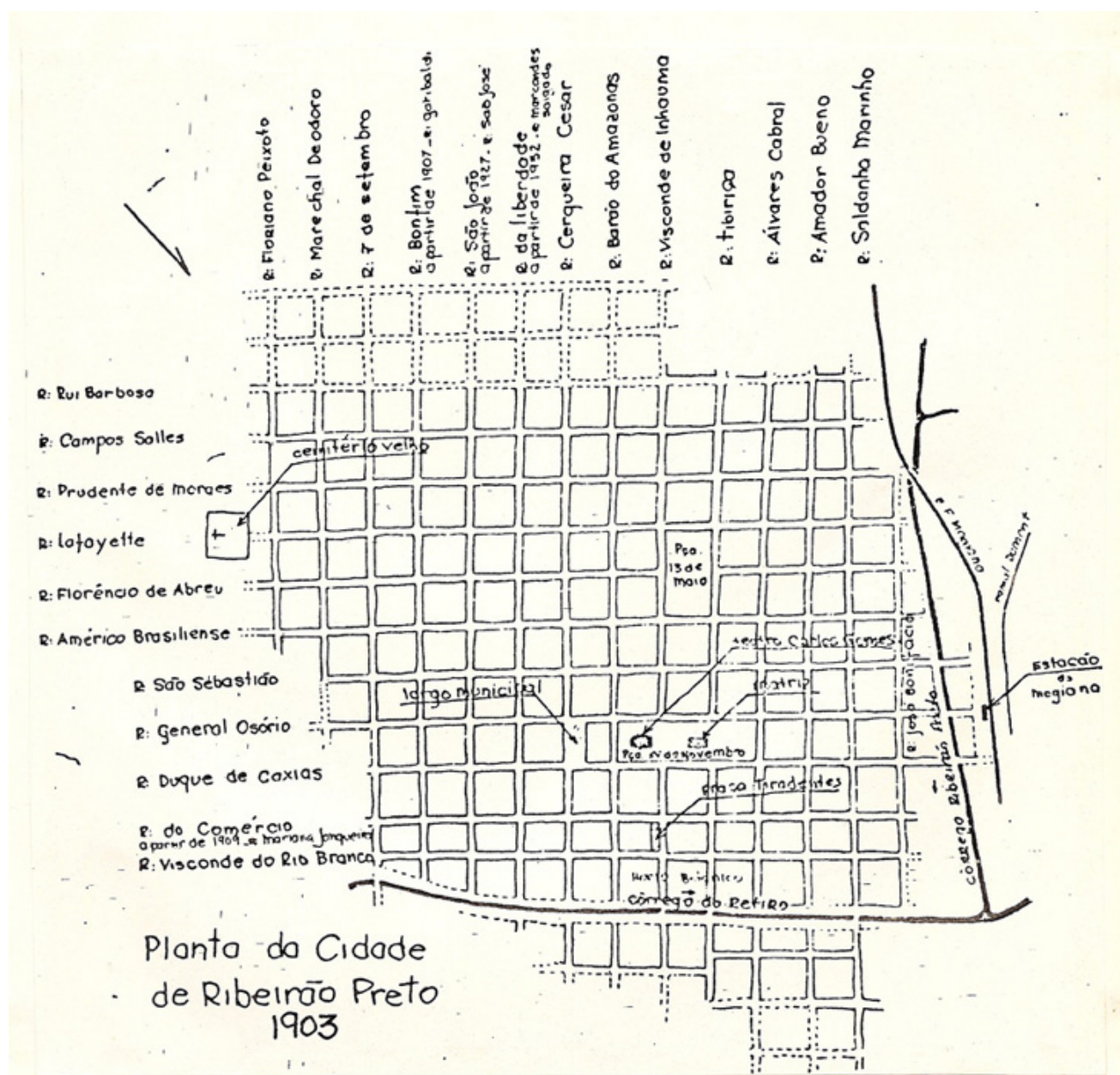


Figura 3: no mapa é possível identificar a quadrícula formada pela rede de abastecimento de água no centro da cidade. Fonte APHRP.

Em 1895, as condições sanitárias da cidade são analisadas pela Comissão de Saneamento do Estado de São Paulo, que aponta as obras em construção: o calçamento das ruas e sarjetas, a limpeza e drenagem de terrenos marginais aos rios, a organização de serviços de remoção de lixo, além da construção da rede de águas e esgotos. O traçado dos canos da rede passa definir o perímetro da maioria dos melhoramentos: a rua Ruy Barbosa, onde se encontra o reservatório, numa porção mais alta em relação a Praça XV; a rua Saldanha Marinho, paralela ao cais do ribeirão Preto, endereço de hotéis em função de sua proximidade com a estação; a rua do Comércio, de ocupação mais antiga, paralela ao córrego do retiro e, por fim, a rua 7 de Setembro, que fecha o contorno do quadrilátero estabelecido pela rede de

abastecimento d'água. No meio da quadricula a tubulação da rua General Osório, endereço de lojas importadoras, bancos, sobrados e casas comissárias, atravessava toda a fachada da praça XV em direção a Estação Ferroviária.

A extensão da rede de água e esgoto para a enorme região do antigo Núcleo Colonial, que se adensava cada vez mais com a sua inserção na malha urbana, demora a aparecer nos discursos dos Intendentes Municipais, mais preocupados com a construção de outros espaços da cidade. Essa política urbana delimita, portanto, os espaços salubres internos ao perímetro dos córregos, transferindo para as áreas periféricas todo o ônus que esta urbanização sanitária produzia.⁹

A polêmica em torno dos mananciais.

Ribeirão Preto agrega, dessa forma, os poderes políticos necessários ao auxílio financeiro e, ainda restrito ao espaço do centro, inaugura o abastecimento d'água em 1898, seguido da rede de esgoto em 1900. Entretanto, em 1903, o serviço é arrendado à Empresa de Águas e Esgotos de Ribeirão Preto, sendo um dos investimentos da família Silva Prado na cidade, intermediada por Theodomiro e Flávio de Mendonça Uchoa. Já em janeiro de 1903 se iniciam as crises de falta d'água, principalmente, ao final da estação chuvosa quando o volume dos mananciais diminui, surgindo às primeiras críticas aos serviços prestados pela Empresa que irão perdurar ao longo de toda a primeira década do século XX.

Diante da crise do abastecimento d'água, em 1912, é formada uma Comissão Especial pela Câmara Municipal a fim de se avaliar a qualidade dos serviços prestados pela Empresa de Águas e Esgotos. Os membros da Comissão eram renomados representantes da elite de Ribeirão Preto: os vereadores Manuel Maximiano Junqueira, que já havia presidido a Câmara diversas vezes, Renato Jardim, antigo lente de geografia do Ginásio do Estado, e J.P da Veiga Miranda, engenheiro politécnico, também lente de italiano no Ginásio do Estado, e João Antonio Meira Junior, futuro gerente da Cervejaria Paulista.

Na Câmara Municipal as posições políticas acompanhavam, basicamente, a polarização entre Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, descendente da leva de migrantes mineiros, e Francisco Schmidt, imigrante alemão que havia chegado a Ribeirão Preto junto aos

⁹ Ver SILVA, A. Expansão urbana e formação dos territórios de pobreza em Ribeirão Preto: os bairros surgidos a partir do núcleo colonial Antonio Prado (1887). São Carlos: Ufscar, 2008. (tese de doutorado)

cafeicultores do Vale do Paraíba.¹⁰ Junto a Junqueira estavam Joaquim Macedo Bittencourt, Intendente Municipal durante toda a década de 1910, Manuel Maximiano Junqueira, forte integrante desta família na Câmara, e João A. Meira Junior. Já com Schmidt se alinham os outros integrantes da Comissão Especial, João Pedro da Veiga Miranda e Renato Jardim, que haviam rompido a aliança com Junqueira para se juntar a oposição, sendo os principais críticos dos serviços prestados pela Empresa, chegando a propor a encampação do abastecimento d'água pela municipalidade.

Essas alianças funcionavam numa simbiose entre fazendeiros e figuras políticas com formação superior entre médicos, advogados e engenheiros. Ambos, Junqueira e Schimdt, pertenciam ao Partido Republicano Paulista, e a oposição entre os dois acompanhava a polarização política em nível estadual e nacional. Em 1909, quando a Comissão Central do PRP lança a candidatura de Rui Barbosa para presidência da república, a polarização se agrava em Ribeirão Preto em função dessa campanha civilista contrária a candidatura militar de Marechal Hermes da Fonseca. Tal fato promove a dissidência de J. P. da Veiga Miranda, admirador de Rui Barbosa, dos quadros dirigidos por Junqueira, que a revelia da Comissão Central apoiara a candidatura de Hermes da Fonseca em virtude de sua lealdade ao General Francisco Glicério, um tradicional oligarca militarista opositor do civilismo de Rui Barbosa.

No mesmo ano J. P. da Veiga Miranda renuncia ao cargo de Intendente Municipal, que ocupava desde 1908, e se elege a Câmara como vereador na oposição. Porém, a década de 1910 em Ribeirão Preto é marcada pela Intendente Municipal de Joaquim Macedo Bittencourt numa situação construída em torno de Junqueira. Assim, o parecer de J. P. da Veiga Miranda, como membro da Comissão Especial, é iniciado se opondo a gestão de Bittencourt, com o apontamento da necessidade da municipalidade traçar um plano eficaz para resolver o problema da má qualidade das águas distribuídas pela Empresa.

Para o prefeito municipal, Joaquim Macedo Bittencourt, a falta d'água afetava, principalmente, o cotidiano das pessoas do bairro comercial em virtude da dificuldade de se manter os serviços de irrigação de ruas e calçadas para baixar o pó, algo essencial ao projeto de modernização do centro da cidade. O problema para o vereador, agora na oposição, ia um pouco além. J. P. da Veiga Miranda apresenta em seu relatório o abastecimento d'água de Ribeirão Preto realizado com 2.900.000 litros de “água de fonte”; e 2.400.000 de “água dos rios” – rio Pardo e Rio Preto, sendo estas últimas o motivo de reclamações da população.

¹⁰ Ver CUNHA, Marcos Vinicius da. *O velho estádio. Educação e poder nos anos de ouro do Ginásio Otoniel Mota*. Ribeirão Preto: Palavra Mágica, 2000; e WALKER, T. W.; BARBOSA, A. de S. *Dos coronéis a metrópole, fios e tramas da sociedade e da política em Ribeirão Preto no século XX*. Palavra Mágica: Ribeirão Preto, 2000.

Contrariando a Empresa de Água, o vereador alega que mesmo com o maior otimismo, as águas distribuídas naquele ano eram medíocres, com uma quantidade excessiva de matéria orgânica.

A Empresa, que havia distribuído água suja a população, alegava que em outras épocas do ano a quantidade de tais substâncias diminuía, mas que no tempo das chuvas as “águas de rio” eram um grande lamaçal, sendo difícil abastecer a cidade somente com águas cristalinas. Ela se comprometia a corrigir este defeito com a construção de filtros, todavia, pedia em troca uma concessão para que se reduzisse o volume d’água para a cota de 100 litros por habitante.

J. P. da Veiga Miranda acreditava que a proposta não devia ser aceita pela Câmara em virtude dele almejar para o município uma cota semelhante à de Berlim (113 litros), Londres (149 litros) e Paris, considerada um modelo para o vereador, com o fornecimento de 272 litros de água por habitante. Aceitar a proposta da Empresa era equiparar-se ao abastecimento razoável de cidades como Bruxellas (71 litros por habitantes), Bremem (85 litros), Aix-la-Chapelle (76 litros) e Kingsberg (65 litros).

O ousado vereador dizia da tribuna da Câmara que a redução da cota por habitante seria provocar o recrudescimento do clamor popular e agravar ainda mais as condições de salubridade da população. O abastecimento naquela cota, entretanto, favorecia a Empresa de Água que poderia desprezar a construção de filtros necessários para purificação das “águas de rio”, bastando-lhe para o abastecimento apenas as “águas de fontes” provenientes de antigos mananciais no interior de fazendas e chácaras.

A hipótese de se abandonar as águas do rio Pardo, porém, seria um crime imperdoável, segundo o vereador, por somente existirem na cidade duas fontes que não reduziam de volume durante a seca – as águas do rio Pardo e as águas do rio Preto. Como este já havia sido abandonado em função da ocupação urbana de suas margens, o modelo do vereador para que se integrassem os rios ao sistema de abastecimento era o seguinte:

O que caracteriza o serviço de águas de Paris e coloca a grande capital numa situação favorável sob todos os pontos de vista é a divisão daquele serviço em duas partes (...) o serviço público compreende as vias públicas, os jardins, as indústrias, as cavalarias, a irrigação, lavagens de pátios e toda a rede de esgotos. Nas suas canalizações especiais correm as águas de Ourcq, do Sena, do Marne e dos poços artesianos, águas que foram afastadas do consumo humano como nocivas a saúde. O serviço particular é alimentado pelas águas de fonte, de quatro grandes aduções trazidas por aquedutos fechados a reservatórios cobertos, de sorte que não há possibilidade de contaminação em marcha do ponto de onde emergem até a torneira do consumidor (MIRANDA, 1912, p.5).

O vereador acreditava ser possível a construção de um sistema em duas partes, sendo as “águas dos rios” utilizadas para o serviço público de irrigação de jardins e lavagem de ruas, e as “águas de fonte” para a distribuição doméstica. Em 1910, segundo Veiga Miranda, o Conselho Municipal de Paris havia distribuído 66 milhões de águas de fonte e 215 milhões de águas de rio, dando-se em média 275 litros por cada habitante parisiense por dia (92 litros de água potável e 180 litros de água de serviço público). Diante da questão do tratamento das águas do rio Pardo, o vereador sugere a adoção do modelo de Paris, ou a rescisão do contrato da Empresa seguida de sua encampação:

As despesas serão grandes naturalmente. Diante de tal argumento, porém, não se deve deter a ação da municipalidade. Se há alguma causa que justifique o arrojo dos grandes dispêndios é a saúde pública (...). Caso a Câmara não possa chegar a acordo com a Empresa para execução desse serviço, entendemos que se deverá ir até a encampação ou, se for o caso, a rescisão do contrato (MIRANDA, 1912, p.7)

O engenheiro sanitaria Saturnino de Brito, convidado pela prefeitura para analisar o abastecimento d'água da cidade, também critica a Empresa por ter distribuído águas de forte coloração para completar o volume deficiente de seus antigos mananciais. Brito relata o que vem propagando há anos quanto à exploração dos serviços de águas urbanas, ou seja, a difícil e delicada tarefa dos poderes públicos conciliarem os interesses sanitários com os interesses financeiros das empresas que exploram os serviços. Em todos os países do mundo as Empresas, segundo Brito, não poderiam bem servir sem a obtenção dos capitais empregados com a correspondente remuneração, sejam bem ou mal administrados:

Só o poder público, colhendo vantagens indiretas dos benefícios prestados, reavendo verbas aonde perde em outras, é praticamente capaz de um sacrifício monetário para fazer o necessário ao saneamento das cidades. Não convém, nesta ordem do serviço, dividir as responsabilidades para acudir convenientemente as necessidades públicas: é preferível que se reclame contra as administrações das municipalidades do que das empresas, porquanto se poderá com mais justiça julgar do fundamento das reclamações e o próprio público poderá com maior facilidade corrigir o mal se quiser intervir com melhor critério político na gestão dos negócios municipais (BRITO, 1912:2).

Brito comenta como boa a iniciativa da Empresa de captar as águas do rio Preto em função da falta d'água. Mas, apesar da análise da água ter sido favorável, as condições do curso do rio Preto geravam muita desconfiança na possibilidade de um tratamento purificador. Além disso, o processo adotado pela Empresa não havia amenizado as desconfianças do público quanto às águas que corriam as suas vistas, recebendo contaminações, e deixando-os incrédulos sobre os êxitos da purificação.

Flavio de Mendonça Uchoa, gerente da Empresa de Águas e Esgotos, respondendo as críticas, alegava que quando o abastecimento d'água era mantido pela Câmara Municipal, até 1903, também havia se chegado a uma situação aflitiva na redução do abastecimento, tendo sido orçado, naquela ocasião, em 728 contos de réis, as obras necessárias para aumentá-lo. A Câmara, entretanto, como não suportaria tão elevada despesa, havia decidido por unanimidade acerca do arrendamento do serviço, exigindo nos editais de concorrência a entrada de 300 contos de réis, capital que somente a Empresa apresentou para arrematar o contrato de arrendamento. Uchoa era um homem de cabedais, casado com Evangelina da Silva Prado e, em 1902, ainda recebera da Câmara 500 contos de réis pela construção da rede, de modo que não encontra dificuldades de apresentar aquele capital inicial.

A Empresa, segundo o seu diretor, havia concluído as obras determinadas, além de aumentar o volume de água distribuída diariamente, passando-se, dizia Flávio Uchoa, cinco anos sem anormalidade nas relações entre público, Empresa e Câmara. Porém, desde o início do século a cidade sofria de falta d'água, sendo constantes as reclamações da população e os conflitos com a municipalidade em função das taxas e volume d'água. Em fins de 1908, temendo a seca acentuada, a Empresa submeteu a água do rio Preto a experiências a fim de se averiguar a sua qualidade e realizar o abastecimento da cidade com essa água. Todavia, a Câmara exigia o abandono das águas do rio Preto em virtude da poluição de suas águas serem visíveis a todos na cidade, demandando, em contrapartida, a realização da captação das águas do Rio Pardo. Diante da demanda a companhia constrói os filtros lentos de areia para a purificação das águas desse rio, mesmo tendo o engenheiro Arthur Motta, diretor da Repartição de Água e Esgotos da Capital, alegado a necessidade de filtros mais amplos para realizar a clarificação da água, o que a Empresa, contudo, não realiza alegando ser algo excessivo ao seu orçamento.

Os melhores filtros permitiria o abastecimento da cidade somente com as águas do rio Pardo, deixando os 2 milhões e 400 mil litros diários fornecidos pelos mananciais de "águas de fonte": Schimidt - 1 milhão e 500 mil litros e Jardim; Padre Vicente e S. Gertrudes – 1 milhão e 400 mil litros, para uma distribuição com sobra de água, ou para a ampliação da rede para o restante da cidade. Porém, o diretor da Empresa argumenta que a falta d'água ocorria em função do desperdício efetuado pela população, o que seria resolvido com a construção de caixas domiciliárias de abastecimento d'água para regularizar as cobranças das taxas do serviço, aumentando a renda da empresa.

O diretor omite que havia sido distribuída pela Empresa água de forte coloração, e lamenta o abandono da captação do rio Pardo, após a grande soma de capital investido sem, entretanto, discutir o melhoramento dos filtros propostos pelo engenheiro Arthur Motta. Na realidade, outra preocupação do diretor estaria nos gastos para realizar as desapropriações ao longo das margens do rio Pardo, que eram necessárias para garantir a qualidade da água desse manancial:

as desapropriações para o rio Pardo viria a custar cerca de 400 contos e depois de gasto esse capital colossal teríamos a certeza que nos anos de seca não o veríamos reduzido ao mínimo de se tornar insuficiente? Na época de calor [outubro à janeiro] quando mais se consome água é quando menos as fontes fornecem e infelizmente as nossas observações mostram que o nível d'água cada vez baixa mais, indício de haver menor armazenamento, fato este que todos os fazendeiros conhecem (UCHÔA, 1912, p.4).

Sobre esses pequenos mananciais - as chamadas “águas de fonte” - Brito alega que elas eram tidas como de primeira qualidade por toda população do município, e contrariando a empresa dizia que prefeitura não poderia dormir em descanso e se descuidar de uma fiscalização garantidora da pureza dessas águas, uma vez que elas poderiam ser maculadas em sua origem por habitações nos locais de captação. Este era o caso das águas do rio Pardo, poluídas, segundo Brito, pela quantidade excessiva de fazendas de café e colônias de imigrantes estabelecidas nas margens dos seus afluentes, o que aumentava muito a quantidade de matéria orgânica das águas.

Para impedir a degradação da qualidade das águas pela lavoura de café, Brito estabelece:

Esta situação indica dupla medida, uma preventiva, outra corretiva, ambas de competência do Estado: 1ª a lei de proteção dos cursos d'água, para a necessidade da qual apelamos no estudo sobre o Abastecimento d'água de São Paulo. 2ª o saneamento agrícola das margens do rio Pardo e seus afluentes drenando estas superfícies, certamente ubérrimas, e as cultivando. È possível que este serviço de drenagem e de cultura seja indicado para os lavradores japoneses, procurando garantir-lhes a vida durante a fase de trabalho saneador. Para o Estado há o grande proveito industrial de desenvolver outras culturas, garantidoras dos acidentes depreciadores da sua grande lavoura de café (BRITO, 1912, p.8).

A excessiva turbidez das águas que a Empresa havia distribuído na cidade tinha origem na drenagem dos afluentes do rio Pardo pelas estradas e carreiros dos cafezais. As chuvas nas plantações de café carregavam argila e poeira fina, promovendo a desagregação do terreno, formando “barrocas” ou “mossorocas”, fenômenos que deveriam ser corrigidos através do desvio de águas ou pela arborização.



figura 4: no mapa é possível identificar os mananciais da região, com o rio Preto cortando a cidade para esgugar no rio Pardo. Fonte: AESP.

Saturnino de Brito faz em seu relatório uma previsão de abastecimento para 20 mil habitantes, avaliando ser necessário, para todos os serviços, público e privado, 4 mil m³ diários de água, deixando margem para a previsão de desperdícios. A empresa, segundo ele, possuía 2.500 m³ de água de fonte na estiagem, faltando-lhe apenas 1.500 litros para suprir

essa previsão de demanda. Para atender o serviço com uma previsão do desenvolvimento futuro da cidade, Brito estabelece um total de 6 mil m³, assim faltaria tomar 3.500 m³ do Rio Pardo, que possuía grande caudal e disponibilidade para somar aos outros mananciais durante a estiagem.

Por último, a fim de não se descartar o aproveitamento das “águas de rio”, Brito cita os estudos feitos para purificação do canal de abastecimento da cidade de Marselha. As análises comprovariam a possibilidade de captação de águas impuras, tendo sido retirado do canal, antes de se levarem as águas ao abastecimento, uma infinidade de cadáveres de animais, além de alguns defuntos humanos. A aplicação da Lei de Proteção de cursos d’água francesa, além de um processo de purificação enérgico contra a matéria orgânica proveniente das numerosas aglomerações humanas ribeirinhas (usinas, lavadeiras, etc), havia possibilitado em Marselha a rejeição das “águas de fonte”, assumindo-se o processo de purificação das águas de seu canal urbano:

Depois de vários estudos, ficou rejeitado o alvitre de procurar “água de fonte” e aceito o de purificar aquelas águas, comparadas às quais são puríssimas as do rio Preto e as do rio Pardo. Submeta-se o tratamento a um concurso no qual a questão principal é a esterilização e não simplesmente a clarificação de que precisamos para as águas do rio Pardo (BRITO, 1912, p.10).

Nessa perspectiva, as águas do rio Preto e as águas do rio Pardo, segundo Saturnino de Brito, podiam ser consideradas puríssimas em relação às do canal de Marselha. Todavia, Dr. Meira Jr, presidente da Câmara Municipal, aliado político de Junqueira, promove a conciliação entre a municipalidade e a Empresa de Água da família Silva Prado, num movimento político que abafa a maioria das demandas dos pareceres apresentadas tanto pelo vereador quanto, principalmente, pelo engenheiro Saturnino de Brito:

Ao assumirmos o governo municipal encontramos a Empresa de Água e Exgottos com a concessão para abastecer a cidade com água do rio Pardo. Mandando proceder ao exame dos trabalhos de captação e filtros da mesma água e a análise desta, não consentimos na sua distribuição a população sem as obras complementares que nos foram indicadas pelos drs. Arthur Motta, Saturnino de Brito e H. Pujol Junior. Não querendo, porém, desde logo a Empresa se submeter a essas obras, estudamos com ela a melhor forma de fazer cessar a falta d’água de que toda a população se queixava. Foi então averiguado que a água das nascentes era suficiente ao abastecimento da cidade, estando o defeito no regime de pennas, o qual foi substituindo pelo regime dos hidrômetros, fixando uma taxa mensal mínima e o limite de 45 mil litros para cada habitação. E, assim, ficou resolvido o problema (...). A água do rio Pardo foi banida da rede geral. (Meira Junior, 1920, pp. 16-17)

O desfecho da crise do abastecimento d’água se dá com o abandono da captação das águas dos rios Preto e Pardo, uma vez que se decidiu pela suficiência das águas de nascentes

em proveito dos interesses da Empresa. O problema da falta d'água, segundo as autoridades municipais, fica decidido pelo desperdício praticado pela população atendida pelo regime de penas, o que seria corrigido com a instalação das caixas domiciliárias para controlar o consumo através do aumento das taxa de água. A ampliação da rede de abastecimento, além de todas àquelas correções propostas por Saturnino de Brito, como a proteção de mananciais não são executados na cidade.

Conclusão.

O episódio da crise de abastecimento d'água em Ribeirão Preto remonta a uma reflexão sobre a racionalização do comportamento das águas de superfície urbana. Uma vez que os mananciais de “água pura” são privilegiados na composição do sistema de abastecimento, a cidade vira as costas para os rios de seu perímetro urbano, num movimento de quantificação e monetarização daquele recurso natural à revelia dos problemas gerados pelas canalizações, represamentos e ocupação de suas várzeas. Os rios ao serem descartados como fonte de água de distribuição são relegados apenas a integrar o sistema de escoamento de chuvas. A partir desse momento, não importa tanto a preservação de suas águas, mas sim as tarifas que passam a aumentar o capital da Empresa concessionária.

Desde o início da formação do território da cidade de Ribeirão Preto o acesso às águas dos rios havia sido algo fundamental ao processo de assentamento humano. Durante o ciclo cafeeiro, a utilização para o uso doméstico das “águas de fontes”, tidas como mais puras, se torna um signo de diferenciação. A construção do abastecimento d'água restrito a área central e mantido com águas de fonte faz com que persista na cidade um imaginário negativo referente às águas dos rios, com o seu uso relegado à população desfavorecida junto as fábricas.

A despeito dos pareceres de engenheiros sanitaristas alegando a possibilidade de captação de águas dos rios de Ribeirão Preto, um acordo político garante os negócios da Empresa de Água. O descarte da captação do rio Preto e do Rio Pardo demonstra o movimento de personagens pelo poder municipal transparecendo a penetração de interesses políticos e econômicos por trás da apropriação dos recursos hídricos da cidade.

Fontes:

AESP. Relatório da Comissão de Saneamento do Estado São Paulo. Alfredo Lisboa. Tipografia l'étoile du sul, Rio de Janeiro, 1897.

AESP. Relatório da Comissão de Saneamento do Estado de São Paulo. Alfredo Lisboa. Tipografia l'étoile du sul, Rio de Janeiro,, 1894.

APHRP. Discurso de J.P. da Veiga Miranda, 14 de março de 1912 na Câmara Municipal.

APHRP. Parecer do Engenheiro Francisco Saturnino Rodrigues de Brito. O Abastecimento d'água de Ribeirão Preto. Estado de São Paulo. 1912

APHRP. Ofício de Flávio Mendonça Uchoa. Diretor da Empresa de Águas e Esgotos. 1911.

APHRP. Relatório do Dr. Joaquim Alfredo de Siqueira, Intendente Municipal, apresentado à Câmara Municipal no dia 7 de janeiro de 1902.

APHRP. Relatório do Dr. J. P. da Veiga Miranda, Intendente Municipal, apresentado à Câmara Municipal no dia 7 de janeiro de 1909.

APHRP. Relatório de João A. Meira Junior, Presidente da Câmara, apresentado à Câmara Municipal no dia 15 de janeiro de 1920.

Referências Bibliográficas:

BACELAR, C. de A. P. & BRIOSCHI, L. R. 1999. *Na estrada do anhanguera: uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Humanitas.

CORRÊA, R. L.. 2011. Denis Cosgrove – a paisagem e as imagens. *Espaço e Cultura*, n.29.

FARIA, R. dos S. 2010. *Ribeirão Preto, uma cidade em construção: o discurso da higiene, beleza e disciplina na modernização Entre Rios (1895-1930)*. São Paulo: Annablume.

GARCIA, V. E. 2013. *Do Santo? Ou de quem ... Ribeirão Preto: gênese da cidade mercadoria*. São Carlos: IAU/USP.

GUILLERME, A. 1990. *Les temps de l'eau. La cité, l'eau et les techniques*. Mâcon:Champ Vallon.

PAZIANI, R. R. 2004. *Construindo a petit paris: Joaquim Macedo Bittencourt e a belle époque em Ribeirão Preto (1911-1920)*. Franca: FHDSS/Unesp.

SALGUEIRO, H. A. 1995. Revisando Haussmann, os limites da comparação. *Revista USP*, São Paulo: vol. 26.

SALGUEIRO, H. A. (org.) 2001. *Por uma nova história urbana*. São Paulo, EDUSP.

SILVA, A. 2008. *Expansão urbana e formação dos territórios de pobreza em Ribeirão Preto: os bairros surgidos a partir do núcleo colonial Antonio Prado (1887)*. São Carlos: Ufscar.

SILVESTRE, G. 1999. Paisaje y representación. *Prismas*. N°3.

WALKER, T. W.; BARBOSA, A. de S. 2000. *Dos coronéis a metrópole, fios e tramas da sociedade e da política em Ribeirão Preto no século XX*. Ribeirão Preto: Palavra Mágica.

